



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	PL n° 9.463/2018
------	------------------

Autor <b>Wadih Damous</b>	N° do Prontuário
------------------------------	------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> X Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> X Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
--	--	---	--	---

Página	Artigos 4°	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	---------------	-----------	--------	--------

### TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao inciso I do caput e a aos incisos I e II do § 3° do artigo 4° do PL n° 9.463/2018 a seguinte redação:

Art. 4° .....

I - o pagamento, pela companhia, de bonificação pela outorga de novos contratos de concessão de geração de energia elétrica correspondente a dois terços da estimativa de valor adicionado à concessão pelos novos contratos;

.....  
.....

§ 3° Na estimativa do valor adicionado à concessão, serão considerados:

I - os riscos e custos comprovados da operação em regime de produção independente;

II - as despesas comprovadas para revitalização dos recursos hídricos da bacia do Rio São Francisco, nos termos do inciso V do caput do art. 3°; e

### JUSTIFICAÇÃO

A alteração no inciso I do caput estabelece que a bonificação pela outorga de novos contratos de concessão de geração de energia elétrica deve ser equivalente a exatamente dois terços da estimativa de valor adicionado à concessão pelos novos contratos, e não ao valor de até dois terços dessa estimativa. Com uma redação próxima à utilizada no inciso III, pretende-se assim garantir que a retribuição à sociedade que as empresas de energia devem dar em razão da realização de novos contratos em novas condições seja equivalente ao benefício que elas esperam auferir, e não menor que isso como possibilita o texto original do projeto.

Por outro lado, a alteração proposta para os incisos I e II do § 3° estabelecem que os custos considerados para fins de estimativa do valor adicionado à concessão devem ser aqueles de fato comprovados, e não uma previsão como uma interpretação da redação atual do projeto pode permitir.

### PARLAMENTAR

Dep. Wadih Damous – PT/RJ